

Economia - Brasil

**Conjuntura** Meta para os próximos anos será mantida em 4,25% do PIB

# Superávit maior vale só para 2004, diz José Dirceu

Taciana Collet  
De Brasília

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, confirmou ontem que o governo estuda intensificar o aperto fiscal em 2004, mas adiantou que nos próximos anos a meta de superávit primário (receita menos despesa, exceto gastos com juros da dívida pública) será mantida em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). "Não se trata de aumentar o superávit fiscal para 2005, 2006. Trata-se do Orçamento deste ano, de nós fazermos um esforço, que o presidente vai decidir, para que o país possa não sofrer outras turbulências. Não há mudança no superávit fiscal para os próximos anos, não há essa decisão por parte do presidente da República.", afirmou o chefe da Casa Civil.

Em entrevista no Palácio do

Planalto, o ministro observou que, este ano, o governo já tem uma "folga no superávit" que garantirá todos os investimentos programados.

"Não há nenhuma relação entre o superávit, corte ou ajuste nos investimentos. Não está se propondo nenhum corte de investimento, está se propondo, se necessário, ter um ajuste fiscal para além dos 4,25%", salientou José Dirceu. Um aperto fiscal extra seria a alternativa estudada para impedir uma subida maior da taxa básica de juros, hoje em 16,25% ao ano.

Questionado sobre as afirmações do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, de que a fraude e a corrupção fazem parte da natureza humana, Dirceu observou que Patrus fez uma "análise filosófica" do uso político do programa Bolsa Família. "Como administrador pú-

blico, nós temos que combater a corrupção. Nossa gestão não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção", ressaltou o ministro Dirceu.

"A análise sobre a natureza da corrupção fica, evidentemente, para quem quer fazê-la, como foi o caso do ministro Patrus Ananias, que fez uma análise filosófica sobre a corrupção. No meu caso, que sou chefe da Casa Civil, a orientação que eu tenho do presidente é a orientação de combater a corrupção."

Segundo a consultoria Tendências, o resultado bastante positivo da arrecadação federal e do superávit primário acumulado até o momento permite conciliar um crescimento expressivo das despesas públicas com um superávit primário acima da meta de 4,25% do PIB.

Em análise divulgada ontem, a empresa avalia que, com efei-

to, basta que as despesas cresçam no mesmo ritmo das receitas para que o superávit possa ficar próximo a 4,60% do PIB.

Ao que tudo indica, pela avaliação da consultoria, o governo em breve anunciará um superávit primário mais elevado do que a meta inicial de 4,25% — "podendo este chegar até 4,75% do PIB neste ano (esse número mostraria um comprometimento com o mínimo de contenção de despesas, não sendo um simples reflexo da alta da arrecadação)", diz o boletim da empresa.

Dante da manutenção do crescimento econômico, e, portanto, da arrecadação, o ideal seria que o governo elevasse a meta de superávit primário também para 2005, ou que ao menos promovesse uma maior desoneração dos investimentos, analisam os economistas da consultoria Tendências.